Folkcomunicação e Educomunicação: similaridades no trabalho de Antonio Carlos Nóbrega

Danielle Andrade Souza*
Luis Adriano Mendes Costa†

Índice

1 Por uma outra audiência	2
2 Folkcom e Educom: um diálogo possível	4
3 Antonio Nóbrega: um agente-comunicador dos sistemas Folkcom/Educom	6
Bibliografia	7

Resumo

Esse artigo identifica, a partir da atuação/obra de Antonio Carlos Nóbrega, a dimensão da expressão comunicativa através das artes enquanto área de intervenção social defendida pela Educomunicação. Busca ainda, apontar alguns elementos advindos da folkcomunicação, que se assemelham a outros pertencentes ao campo da educomunicação, sinalizando caminhos para o estabelecimento de possíveis relações entre essas áreas do estudo da comunicação.

*Mestra em Ciências da Sociedade pela UEPB; Professora do Curso de Bacharelado em Educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande, PB. E-mail: danielle@educom.ufcg.edu.br.

†Mestre em Literatura e Interculturalidade pela UEPB; Professor do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: luisadriano@gmail.com.

Palavras-chave: Folkcomunicação; Educomunicação; Antonio Carlos Nóbrega.

Num país com índices elevados de analfabetos, de uma irregular distribuição de renda, de diferenças cada vez mais acentuadas em relação a questões básicas como saúde, alimentação e educação, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de se conceber processos alternativos, de se pensar e de se promover comunicação, diferente dos formatos historicamente já definidos pelos *mass media*, com seus sistemas integrados e organizados de produção, difusão e recepção de informação.

A relação que se estabelece entre educação e cultura, a qual funciona aqui como uma “espinha dorsal” (por ser capaz de sustentar a promoção e o desenvolvimento destes processos) está bem presente nos estudos da Folkcomunicação. Criada pelo brasileiro Luiz Beltrão, o marco teórico dessa área está presente na sua tese de doutorado defendida no ano de 1967, na Universidade de Brasília.

A Folkcomunicação pode ser compreendida enquanto uma teoria que estabelece o processo de comunicação mediado por agentes que amplificam o processo de rever-

beração das informações, idéias e opiniões de forma mais direta, atingindo e influenciando um público considerado à margem da sociedade. Ressaltando a forma científica, a folkcomunicação “caracteriza-se pela utilização de mecanismos artesanais de difusão simbólica para expressar, em linguagem popular, mensagens previamente veiculadas pela indústria cultural”. (MELO, 2008, p. 17).

Essa teoria ocupa um espaço central entre a difusão de idéias, costumes, práticas e tendências pela Indústria Cultural, e o Folclore, com suas representações presentes na cultura popular, pois é entendida aqui como aquela “(...) criada pelo povo e apoiada numa concepção de mundo toda específica e na tradição, mas em permanente reelaboração”. (XIDIEH, 1976, p.3)

Nesse sentido, Beltrão (1980) estabelece três grandes grupos: “rurais marginalizados”, ao considerar a localização “desprivilegiada” geograficamente e dificuldades econômicas, além do baixo nível intelectual; “urbanos marginalizados”, grupo esse composto por segmentos menos favorecidos economicamente da sociedade, constituindo as classes subalternas e sem acesso a informações; e os “culturalmente marginalizados”, grupos excluídos por adotarem uma postura contrária ao padrão definido por grupos vigentes, indo de encontro à ordem e práticas generalizadas estabelecidas como politicamente corretas.

No intermédio desse processo é que Beltrão (1980) aponta para os “líderes-comunicadores”, assim definidos por ocuparem um papel central ao promoverem o fluxo da mensagem (canal *folk*) para uma audiência marginalizada, ao que Beltrão chamou de audiência *folk*. Esta audiên-

cia permite, portanto, diferenciações na medida em que opera com a chegada de novos códigos, que muitas vezes poderão não ser reconhecidos mutuamente pelos agentes do processo. Estes “líderes-comunicadores” se reconhecerão no extremo da experiência, aprendendo interativa, social e culturalmente.

“Na verdade, como seres inteiramente dependentes de processos culturais de socialização, somos e seremos sempre a educação que criamos e que criaremos, para que ela continuamente nos recrie.” (SILVA, 2008, p. 29)

Então para que se empreenda o desenvolvimento de projetos comunicativos, consideramos de um lado, a folkcomunicação visando a efervescência do repertório cultural a partir de diálogo (s) relativamente restrito (s) de possibilidades e de potencialidades, entre elas, a criação de novos códigos que naturalmente proporcionam a criação de novas experiências. E por outro, numa relação dialética, consideramos a educomunicação, visando a promoção e ampliação dos níveis de aprendizado, que vem a se processar, muitas vezes, a partir da criação destes novos códigos culturais.

1 Por uma outra audiência

Os estudos da educomunicação propõem uma abordagem diferenciada, tal como os estudos empreendidos de maneira inovadora na época por Beltrão, na medida em que, hoje também procuram dar conta destes ‘públicos’ de postura contrária às estas estruturas vigentes de poder (seja midiático ou

não). A concepção da educomunicação se apresenta aqui como possibilidade de processo alternativo, na medida em que para se realizar, organiza-se numa forma de relacionamento muito própria que favorece a escolha por construção de modalidades abertas e criativas de relacionamento. Historicamente, sabemos que a educomunicação não nasceu no berço da educação formal, mas em ambientes não-formais de experimentação, conhecidos até pouco tempo, décadas de 60 e 70, como “educação popular” ou mesmo, “comunicação alternativa” (Soares, 2003), e esse histórico já traz consigo uma carga que reforça ainda mais esse perfil de busca e conquista de espaços sociais.

Rememorando o percurso histórico que enfrentou a educomunicação surgida dos embates da luta social por novos espaços de comunicação e expressão, visando uma espécie de promoção de suas próprias formas de expressão (a partir da tradição latino-americana), empreendendo espaços de cidadania através do uso democrático e participativo de recursos da comunicação e da informação, a educomunicação é um ecossistema que subsidia toda condição de expressão do indivíduo, sendo capaz de promover espaços de construção da coletividade, de lugar da fala, de autonomia, de vez e de voz, de cidadania.

Num processo de comunicação interpessoal, a educomunicação contribui para que “as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia de ensino, aprendizagem e convivência” (Soares, 2011, p. 45). Ela nos traz a premissa de que toda forma de relacionamento com regras determinadas e rigorosamente seguidas acaba por definir um determinado tipo de ecossistema comunicativo.

A conceituação de ecossistemas comunicativos está mais relacionada à vida social e à aprendizagem, a um conjunto de linguagens, representações e narrativas que podem alterar a percepção, assim afirma Martín-Barbero (2002). Os ecossistemas comunicativos “são formados por um sistema complexo, dinâmico e aberto, conformado com um espaço de convivência e de ação comunicativa integrada” (Soares, 2011, p. 44).

A educomunicação busca portanto, uma convivência saudável, e entenda-se aqui saudável, a lógica de um sistema aberto à participação, às linguagens, aos sonhos de todos os membros da comunidade educativa, apenas com uma ressalva para a rejeição da idéia/postura de anarquia, que segundo Soares (1999), se configura como uma outra face do autoritarismo, e que obviamente não se adequaria aos planos e dimensões ideológicas a que a educomunicação se propõe.

Nesse sentido, significa dizer que a educomunicação deve ser compreendida a partir da função social do diálogo, pois é neste importante elemento que se aloca o campo mais fértil de possibilidades criativas, artísticas, culturais, emancipatórias. E na medida em que se configuram espaços fomentados cada vez mais, por esta dinâmica, estamos criando, ou melhor, promovendo condições que apontam para a emergência de uma nova ambiência cultural.

E é justamente considerando essa nova ambiência cultural, que passamos a refletir acerca de possibilidades de aproximação e/ou semelhanças folkcomunicacionais e educacionais na grande, e por natureza, interdisciplinar área das ciências da comunicação.

2 Folkcom e Educom: um diálogo possível

Para promover esse ‘novo’ fluxo vamos inicialmente nos remeter a uma das idéias mais presentes nos escritos de Soares (1999), que nada mais é que o conceito de intervenção social. A intervenção social é a ação principal da educomunicação, se caracteriza também como uma metodologia possível para a compreensão de determinados fenômenos no campo da cultura comunicativa, bem como, de produção da cultura educacional. Para ele, a intervenção social é a própria atuação da educomunicação.

Esse desempenho começa e se dá a partir do foco nesta audiência que passa a ser valorizada desde o momento em que se inicia o processo de promoção de uma gestão da comunicação, proposta por Soares (1999, p. 161-162), quando refere-se a educomunicação como

Um conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos comunicativos, assim como de programas e produtos com intencionalidade educativa, destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos abertos, criativos, sob a perspectiva da gestão compartilhada e democrática dos recursos da informação.

É nesta perspectiva que Lazarsfeld (*apud* Beltrão, 1980) elenca quatro características principais para os líderes de opinião: “personificam interesses específicos”; “ocupam posições tidas como propiciatórias de alta competência no ramo em questão”; “indivíduos acessíveis e extrovertidos, com muitas

relações”; e “acesso a informações relevantes provenientes de fora do seu círculo imediato”. No campo da educomunicação, estes líderes de opinião serão, semelhantemente, percebidos aqui como gestores da comunicação, completamente responsáveis por provocar, iniciar, estimular o desenvolvimento de processos de comunicação.

A perspectiva de intervenção proposta pelo campo, não tem nada haver com a idéia de intromissão ou mesmo de imposição de sentidos ou vontades, ela é lançada ao sujeito social (ao mundo da mídia). Ela se traduz como uma ação empreendida por um ou mais “líderes-comunicadores”, que se insere num determinado espaço e quebra a monotonia ou estagnação daquele cenário, qualificando a possibilidade de uma ação educacional a partir da interação/diálogo que possa e venha a surgir daquela relação. As chamadas “áreas de intervenção” representam apenas pontos de partida para o novo (Soares, 2011).

Na verdade, as denominadas áreas de intervenção funcionam como caminhos possíveis para se viabilizar o pensamento e o agir educacional. Estes podem ser apreendidos a partir da noção das articulações comunicativas, vão formando uma malha de ligações coerentes com as intenções, interesses, desejos, de realizações no cenário do imaginário sócio-cultural dos sujeitos. De acordo com Schaum (2002b, p.106),

as articulações comunicativas são agenciamentos coletivos de enunciação (o que se diz) e, ao mesmo tempo, agenciamentos maquínicos de desejos (o que se faz)”. Agenciamentos são sempre um território, um lugar ocupado subjetivamente

de conteúdo e expressão: territorialidade e desterritorialização.

Sugerimos que esta categoria das articulações comunicativas (Schaum, 2002, p. 105), possa ser útil à questão educacional, na medida em que ela nos ajude a enxergar/perceber o (s) lugar (es) de construção de cidadania. A arte, sem dúvida nenhuma, se configura como um *locus* frutífero nesse sentido, onde até então, ela está muito mais próxima da educação, e a cultura popular, por sua vez, muito mais próxima da folkcomunicação, mas triangular esta relação, destacando a base da pirâmide, se torna mais necessário para compreendermos a aproximação entre as teorias. A folkcomunicação adquiriu um caráter de instância mediadora entre a cultura de massa e a cultura popular. Caracterizou-se por sedimentar processos de hibridação simbólica, se configurando como uma estratégia contra-hegemônica das classes subalternas.

Quando nos lançamos à compreensão do campo educacional de atuação, a partir da perspectiva do ambiente de produção artística, nos deparamos com a expressão comunicativa através das artes, a qual leva em conta programas e projetos que se aproximam das artes enquanto recursos facilitadores da expressão individual e coletiva, em função de objetivos definidos por comunidades educativas.

Esta linha de trabalho da educomunicação, também difundida por Soares (1999), se volta para toda aquela ação de produção e manifestações artísticas que se aproximam das práticas de arte-educação, valorizando o desenvolvimento de um potencial artístico, bem como, o valor comunicativo de expressão.

Enfim, pensar a arte como mediadora de um processo de comunicação é também pensar as possibilidades da arte-educação a serviço da comunicação. É nesse sentido que apontamos para o trabalho e atuação do músico Antonio Carlos Nóbrega, que atua como um elo, um agente-comunicador com os elementos da cultura popular e uma audiência, que, por sua vez, se forma enquanto novos agentes, num processo de renovação necessário e constante na manutenção e valorização da cultura popular.

Em certa medida, é o que aponta Schaum (2002a, p. 142), ao considerar que

[...] as articulações comunicativas visam o registro de fluxos comunicativo-culturais inspirados na linguagem artística da música, e mais tarde no mercado cultural, mas que vão se resolver no âmbito da educação como uma das formas de reprodução de organização de poder singular de determinadas comunidades, deixando sua marca. (Schaum, 2002, p. 142)

Nesse sentido, deve-se destacar o caráter pedagógico do seu trabalho, quando propõe um formato de apresentação mais próximo da platéia, pelo menos quando ele procura se utilizar de uma técnica bem conhecida e bem útil do processo de comunicação, a empatia, e no desdobramento de sua atuação, discursando muitas vezes, sobre os processos criativos, de pesquisa, de aprendizado, e de encontro de soluções para a produção/comunicação/educação de sua arte.

3 Antonio Nóbrega: um agente-comunicador dos sistemas Folkcom/Educom

Filho de classe média, Antonio Carlos Nóbrega, nascido em Recife, no ano de 1952, teve sua infância em várias cidades do interior pernambucano, mas, curiosamente, só veio ter contato com o imaginário que seu trabalho expressa aos 12 anos de idade, quando numa viagem com o seu pai à cidade de Patos, no Sertão paraibano, teve a oportunidade de escutar, pela primeira vez, um cantor.

Mas, foi na Escola de Belas-Artes, em Recife, com o professor catalão Luis Soler, que Nóbrega teve sua formação de violonista solidificada. Já no final dos anos 60 participava da Orquestra de Câmara da Paraíba e da Orquestra Sinfônica do Recife. Seu ingresso no mundo popular, no entanto, aconteceu no ano de 1972 quando, tocando um concerto de violino de Bach, com a orquestra sinfônica, conheceu o escritor paraibano Ariano Suassuna. Convidado pelo precursor do Movimento Armorial¹, a integrar o Quinteto por ele criado, o jovem, que já tinha uma formação musical cristalizada (SUASSUNA, 2002, p. 20), passou do violino para a rabeça e mergulhou no rico universo da cultura popular.

¹ O Movimento Armorial tinha como objetivo a realização de uma arte erudita, partindo das raízes populares da cultura brasileira. O nome armorial, apresentado ao público pela primeira vez em 18 de outubro de 1970, no lançamento oficial do movimento, é apenas um substantivo em nosso idioma que diz respeito a um livro de registros de brasões. Suassuna passou a empregá-lo também como adjetivo, criando, assim, um neologismo para identificar uma arte que carrega em si emblemas e bandeiras de um povo. (COSTA, 2007)

A partir daí, Nóbrega passou a desenvolver seus próprios projetos e, sobretudo, um estilo próprio de concepção em artes cênicas, dança e música. Seu aprendizado se desenvolveu desde os estudos de obras de escritores que registraram e interpretaram a cultura popular, como é o caso de Silvio Romero, Câmara Cascudo e Pereira da Costa, por exemplo, até as cantigas, danças e versos de artistas populares, conhecidas por Nóbrega através de inúmeros encontros e viagens por diversas regiões brasileiras. Foi assim que ele passou a ter contato com Mestre Olimpio Boneca, do Crato; Mestre Kenura, de São Paulo; Capitão Pereira e Mateus Guariba, de Recife; para citar apenas alguns. (COSTA, 2007)

Dentro da trajetória do artista, a criação do Instituto Brincante no ano de 1992, em São Paulo (SP), representou a formalização de um espaço onde as atividades desenvolvidas através dos palcos pudessem atingir outras esferas artísticas e educativas (WINKEL, 2009). Uma prática possibilitada a partir dos cursos para educadores e comunidade oferecidos pelo instituto que se tornou Ponto de Cultura selecionado pelo Ministério da Cultura do Governo Federal, num reconhecimento ao trabalho de pesquisa e de formação, além da valorização de elementos diversos da cultura popular.

Entre os anos de 1998 e 2010, o instituto atendeu quase 5 (cinco) mil pessoas, entre jovens e educadores, além de um número em torno de 10 mil participantes das oficinas, cursos e palestras. Atividades essas voltadas para a diversidade cultural, seja através da música e da dança, ou da literatura, por meio da poesia e dos contos tradicionais; e das artes plásticas em geral. Como propõe o site do instituto, “mais do que educadores, o pro-

jeto pretende formar ‘intérpretes’ com sensibilidade cultural e artística para redescobrir a arte do Brasil, multiplicando seus significados em diferentes contextos sociais”. (Instituto Brincante, 2011)

É nesse sentido que o Instituto Brincante oferece uma variada lista para a participação nos cursos, atendendo uma demanda diversificada e atingindo um público cada vez mais diversificado, que atuam como canais de reverberação junto a outros públicos. Dessa forma, o instituto oferece opções de cursos diversos, a exemplo do *Artes Integradas; Brincantinho – Cultura da Infância; Estudos e Práticas das Artes dos Brincantes; Danças Brasileiras; Danças Afro-brasileira; Percussão Brasileira; Dança e Percussão; Teatro – Jogos e Criações Teatrais; Formação de Jovens Brincantes; e A Arte do Brincante para Educadores*. Nesse último, por exemplo, ao longo de vários módulos, é feito um trabalho de instrumentalização teórico-prático, formando arte-educadores para o trabalho em sala de aula.

Juntamente à prática das atividades desenvolvidas no Instituto Brincante, Antonio Nóbrega vem desenvolvendo, entre outros projetos, uma série de aulas-espetáculos, que faz parte do *Rumos Educação, Cultura e Arte*, novo projeto do Itaú Cultural. Intitulada *Mátria: uma outra linha de tempo cultural*, a aula-espetáculo vem sendo apresentada, gratuitamente, em várias cidades do país, voltada para um público formado especificamente por educadores, estudantes, profissionais da área de arte, agentes culturais de organizações sociais, entre outros públicos envolvidos com a produção cultural.

Com uma vida dedicada às artes populares, entendemos Antonio Carlos Nóbrega

enquanto um líder de opinião, ou seja, um agente-comunicador dentro dos processos da Folkcomunicação e da Educomunicação, o que implica num processo de valorização e preservação de costumes, práticas e crenças, e por que não dizer, de pedagogias relacionadas ao aspecto popular da cultura nordestina. Através de sua atuação, ele coloca-se não no topo, mas na base de uma pirâmide formadora de tantos outros agentes (arte-educadores, folkcomunicadores, educadores) que interferem e levam para outras fronteiras o extrato ‘vivo’ dos diversos elementos que permeiam a cultura popular nordestina.

Bibliografia

- BELTRÃO, Luiz. *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980.
- COSTA, Luís Adriano Mendes. *Movimento Armorial: o erudito e o popular na obra de Antonio Carlos Nóbrega*. [S.l.: s.n.], 2007.
- INSTITUTO Brincante. Disponível em <http://www.teatrobrincante.com.br>. Acesso em 17 de maio de 2011.
- MELO, José Marques de. *Mídia e cultura popular: história, taxionomia e metodologia da Folkcomunicação*. São Paulo: Paulus, 2008.
- SCHAUM, Angela. *Educomunicação – Reflexões e Princípios*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- _____. *Práticas Educomunicativas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SILVA, René Marc da Costa. *Cultura Popular e Educação*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008. 246 p. (Salto para o Futuro).

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação – O conceito, o profissional, a aplicação*. São Paulo: Paulinas, 2011.

SUASSUNA, Ariano. *O movimento foi uma bandeira*. In: *Continente Multicultural*, Recife: CEPE, v.2, n. 14, fev. 2002, p. 19-20.

XIDIEH, Oswaldo Elias. *Cultura popular*. In: – et al. *Feira nacional da cultura popular*. São Paulo: Sesc, 1976.

WINKEL, Juliana. *Brincante: o encontro do popular e do erudito a serviço da cultura e da educação*. *Comunicação e Educação*: revista do Curso de Gestão da Comunicação do Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da USP, São Paulo, ano 14, n. 3, p. 85 – 93, set/dez. 2009.